

# Equipe garante que mantém rumo

Metas frustradas em 96 são transferidas para 97. Governo conta com medidas já adotadas

por Liliana Enriqueta Lavoratti, de Brasília

A equipe econômica permanece otimista em relação a 1997. O governo continuará perseguindo as metas deste ano, principalmente no que diz respeito à redução do déficit público, um dos principais problemas do Plano Real. O desempenho positivo é esperado mais em razão das medidas que já foram tomadas em 1996 do que de mudanças significativas no rumo da política econômica.

“A melhora das contas públicas será fruto da maturação do que já está na rua e da convicção da realização das reformas constitucionais”, diz o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. O chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Amaury Bier, resume o clima de 1997: “As providências já adotadas devem ser gerenciadas de perto. Os esforços somados podem ter resultado interessante”.

Está transferida para 1997 a meta não alcançada neste ano de reduzir o déficit operacional (inclui a conta de juros das dívidas interna e externa) do setor público consolidado para 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Esse indicador da situação das finanças públicas no País – inclui União, estados, municípios e estados – registrou déficit de 5% do PIB em 1995 e deverá cair para cerca de 3,8% do PIB em 1996. Mas é no conceito primário – onde é mais visível o esforço fiscal porque mede a diferença entre receitas

e despesas, sem somar a conta de juros – que o governo vai centralizar os esforços em 1997.

A meta é alcançar um superávit primário do setor público consolidado (União, estados, municípios e estados) de 1,5% do PIB em 1997, diz o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Augusto Guimarães. Até setembro, esse resultado estava positivo em 0,02% do PIB, bem abaixo, portanto, do que pretendia o governo – entre 0,5% e 1% do PIB.

## Queda dos juros

Isso mostra que as três esferas de governo, juntas, praticamente empataram os gastos com a arrecadação. Esse resultado só não foi pior porque o governo federal gerou um pequeno superávit primário – 0,62% do PIB até setembro – para contrabalançar o déficit dos estados e municípios, que nos nove meses do ano foi de 0,79% do PIB em relação a 0,17% de déficit em 1995.

Na contabilidade do próprio governo, o único fator que contribuiu para a melhora do déficit em relação ao de 1995 foi a redução de 50% das taxas de juro reais – cerca de 17% em 1996 em comparação com 33% no ano anterior. Mesmo assim, a dívida pública mobiliária federal continuou crescendo em

relação ao PIB – até novembro, ela representava 10,99%, sobre 6,72% no mesmo período de 1995.

Como a redução da conta de juros reais depende da política monetária – os juros altos são importantes para atrair capital externo, financiador do déficit em conta corrente, provocado pelo déficit da balança comercial –, o esforço está centrado em cima da redução das demais despesas.

Nesse sentido, a equipe econômica está contando com vários fatores favoráveis para ser bem sucedida na meta de gerar superávits primários nas três esferas das administrações públicas. Segundo Mendonça de Barros, a atuação será em duas frentes: a continuidade da política adotada em 1996 de não-concessão de reajustes salariais reais aos benefícios da Previdência Social e aos servidores públicos federais; outra, de monitorar cada vez mais os gastos dos estados e municípios.

Dentro dessa estratégia, está

praticamente decidido que será estendido ao salário dos servidores públicos federais – há dois anos sem correção – a política adotada em 1996 para o salário mínimo e maioria dos benefícios da Previdência Social. A correção foi feita com base na projeção de inflação futura pelo Índice Geral de Preços

(IGP), que está indicando cerca de 8% para 1997. Com isso, o governo impede aumentos reais para duas das principais contas dos gastos da União: pessoal e Previdência, justamente aquelas em que mudanças mais profundas dependem de reformas constitucionais.

Para Amaury Bier, “no lado das despesas, o governo chegou ao limite com a legislação infraconstitucional”. E Mendonça de Barros dá o tom de como o governo vai agir na hora de decidir sobre o reajuste do salário dos servidores públicos, em janeiro, do salário mínimo e dos pisos da Previdência Social, estes dois em maio: “Seremos muito cautelosos na conces-



José Roberto M. de Barros

são desses aumentos”. E, para completar, o secretário do Tesouro não deixa dúvidas: “A execução do caixa do Tesouro Nacional será totalmente voltada para atingir a meta de gerar um superávit primário global de 1,5% do PIB”.

No fechamento da outra torneira, os gastos dos estados e municípios, é onde o governo coloca mais expectativas em relação a 1997. A renegociação das dívidas de quase todos os estados vai permitir que o governo federal acompanhe com rédeas curtas as finanças das administrações estaduais. Até março, serão definidas as metas que cada estado terá de cumprir – redução da dívida, aumento da arrecadação, diminuição de gastos. Os detalhes serão decididos em uma medida provisória do Ministério da Fazenda.

O aumento da arrecadação e as receitas do programa de privatização também estão nos planos do governo como fatores aliados. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que deve gerar em torno de R\$ 5 bilhões, mais os ganhos com a nova lei do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), são importantes para gerar o superávit primário global de 1,5%

do PIB. No Orçamento da União para 1997, a previsão de receita é de R\$ 119 bilhões, o que representa um crescimento significativo em relação aos R\$ 94 bilhões estimados para 1996.

Bier disse que o governo não deverá impor freios para reduzir o ritmo de crescimento da economia em 1997. “Há mecanismos endógenos que tendem a reduzir o nível de atividade a um equilíbrio sustentável”, afirmou. Entre esses fatores, ele disse que os salários reais estão tendo crescimentos mais reduzidos e o ciclo de crédito está se esgotando em razão da capacidade de endividamento das famílias.

## Vale e Banda B

Mesmo com a balança comercial apresentando déficits em 1997, Bier acredita que não há problemas. “O resultado comercial será pior do que o esperado para este ano, ao redor de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões”, disse.

Mas o ano de 1997 será marcado por um recorde de capital privado nas privatizações, calculado por Amaury Bier em torno de R\$ 4 bilhões. A ideia é privatizar, por meio de venda ou concessão, a Companhia Vale do Rio Doce, empresas do sistema Eletrobrás e banda B das telecomunicações. A receita total do programa de desestatização federal deverá ficar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões. A esse valor serão adicionados mais cerca de R\$ 3,5 bilhões da venda de estatais nos estados. ■